Anotações Psicanalíticas Sobre Comunidades

Multiplicam-se nos últimos anos as experiências de grupos. Provocam as mais variadas reações, muitas vezes formuladas em estudos e pesquisas. A psicanálise se dedica ao grupo sob forma de terapia analítica. Passando do plano clínico a um plano de reflexão, ela pode fornecer certos subsídios para se entender a vivência de diversos tipos de comunidades.

Iniciamos nossas observações a partir do ego. O ego é uma espécie de *carapaça*: forma-se, para um dia se desfazer e deixar o lugar a uma outra. Essa carapaça é uma imagem que o ser humano tem de si mesmo, ou melhor, que recebe de outro. Na recepção dessa imagem, se estabelece uma relação a dois, causadora de alegria e ao mesmo tempo de alienação.

A criancinha vive com sua mãe esse dualismo. O melhor modo de ilustrá-lo é a fase do espelho que Jacques Lacan¹ analisou a partir dos estudos de Henri Wallon.

Entre seis e dezoito meses, a criança faz e repete a encantadora experiência de se olhar no espelho. Seu corpo é desequilibrado, não tem a coordenação motora. Ora, esse momento de fixação de sua imagem lhe faz esquecer sua impotência e sua dependência. Apoiada na mãe, tem subitamente uma representação unitária de si mesma, uma impressão de poder unificador e possuidor de si. Daí essa intensa jubilação confirmada pela mãe. Mostra a posição alienatória do ego. A criança se vê como a mãe a vê. De fato, o outro desempenha um certo papel de espelho. Assim observa-se no transitivismo infantil: uma criança chora em lugar de outra. Perpetua-se muitas vezes essa reação em espelho: quantas reações em cadeia provocam um bocejo, um gesto, uma mudança de posição.

A *reação dual* onde predomina o imaginário, isto é, todo um mundo de imagens, papéis e aparências, precisa de contestação. Necessita do surgimento dum terceiro elemento. O pai, cujo lugar deve se firmar e progressivamente superar a importância da mãe, vem operar essa contestação, e lembrar a lei fundamental dos homens, a da proibição do incesto. Não se identifica com a lei mas a representa, pois, submisso a ela, o pai a faz intervir na frustração humanizante que a criança deve assumir, iniciando a criança na aceitação da ausência da mãe ocupada com ele. Esta separação salutar dá à criança uma compreensão exata de sua filiação e a obriga a abandonar uma relação direta, dual, com a mãe. Tem que passar pela mediação do pai. Pois a mãe pertence em primeiro lugar ao pai e reciprocamente.

Essa experiência básica me parece esclarecedora para analisar o que se passa em grupos e comunidades. Salientaremos os de inspiração religiosa.

Um dos aspectos imaginários que predominou no mundo religioso e na Igreja, e que ainda continua em muitos lugares, foi a relação dual com a autoridade. A importância do superior, do líder, do responsável permitia certa unificação num tipo de fixação que causava alegria e alienação ao mesmo tempo, sem deixar de canalizar muitas energias. A posição da autoridade como modelo, como critério absoluto, foi aparecendo pouco a pouco arbitrária. Pensamos aqui no exemplo da mãe que acha seu filho louco, porque toma banho de mar sem inibição. As fobias da mãe fazem parte do modelo a impor ao filho. Quantas vezes a Igreja considerou seus medos como qualidades a assumir e escolheu como líderes homens medrosos que se consideravam modelos. Hoje a insistência sobre o argumento de autoridade tem um quê de deri-

1. *Ecrits*, pp. 93-100.

sório. Certos tipos de propaganda e de constrangimento pela força parecem mais ridículos e revoltantes. Repetir um modelo leva ao impasse. Repetir o passado, à estagnação.

Desabando muitas estruturas estabelecidas sobre o princípio de autoridade e sobre a relação dual com a mãe (ou a Igreja-mãe), muitos compromissos assumidos por essa pressão se desfazem. É a carapaça do ego que envelheceu ou encurtou e precisa de mudança. O peso de regras e de formalismos na vida moral, litúrgica e social parece mais facilmente farisaísmo. A vida religiosa monolítica, um pesadelo. A função, o papel assumido por submissão ao desejo do outro explode. A carapaça cai. Procura-se uma outra mais ajustada ao desejo e à verdade pessoal.

A união pela autoridade se desarticula, se subdivide. Forma-se um outro tipo de união, menos global, mais perto da comunicação fraterna. Os grupos pululam, a importância da comunidade substitue a da autoridade.

Desde "Psicologia coletiva e análise do ego" de Freud, sabemos que a neurose torna a-social.² Muitas pessoas que fogem do grupo fazem um apelo racionalizante ao princípio da autoridade. Mas Freud reconhece o caráter ambíguo do grupo: pode atenuar e esconder a manifestação duma neurose; que, temporariamente canalizada, estoura na saída do grupo. Tentando enfrentar a solução e seus conflitos interiores, o sujeito se desfaz.

Mas o que se passa numa comunidade? Infelizmente — é uma primeira constatação — o grupo não fica isento do perigo da relação dual. O psicanalista inglês R. Bion,³ nas suas pesquisas sobre os pequenos grupos, analisa alguns aspectos desta relação. O primeiro trata da atitude do líder. A representação da autoridade encontra seu novo palco. O líder deseja se colocar em frente do grupo que anda de cumplicidade com ele e gosta de se colocar sob a dependência dele. O líder dá uma imagem de si e, ao mesmo tempo, a recebe dos outros. É a posição do espelho. Num segundo momento, passa-se à agressão e à fuga. Cada indivíduo agride porque ele mesmo não se sente à altura da imagem que tem de si e que lhe é apresentada pelo grupo e também porque o líder não corresponde sempre ao modelo prefixado. Ou é uma imagem de si que desmorona e o sujeito não aceita a mudança aprovada pelo grupo. Descontentamento que acaba por uma fuga sem confronto real. Num terceiro momento, o grupo se divide em dois, cada parte do grupo se dando seu próprio

2. Muitas das reflexões que seguem são diretamente inspiradas por um artigo do psicanalista francês Philippe Julien: "Le groupe religieux, lieu de progrès", na revista *Le Supplément*, fevereiro de 1972.

3. *Recherches sur les petits groupes*, P.U.F., 1965.

modelo. Nova relação dual, uma metade contra a outra, num jogo mais ou menos sádico. A escravização ao modelo prende num círculo vicioso e faz recair nos mesmos erros da relação dual que caracterizavam o relacionamento com a autoridade.

A *relação dual*, imaginária, isto é, baseada nas imagens e modelos, precisa ser contestada pela *relação simbólica*. Esta última é a relação a três, que Freud chama *edipiana*, aquela que reconhece a possessão imediata da mãe pela criança como enganadora.

Aceitando a ausência, a descontinuidade, a relatividade, o filho entra na circulação dos seres, objetos e trocas, diferentes dos modelos maternos. A criação vem substituir a imitação.

Para um grupo funcionar, é preciso algo que o supere. Irmãos não podem ser simplesmente irmãos entre si. Têm também que ser filhos. A fraternidade não tem fundamento sem a filiação. Para uma comunidade cristã, a referência superior será a palavra do Evangelho. Não uma representação imaginária de Jesus como modelo. O Jesus modelo desapareceu no dia da Ascensão. E fica só o Espírito Santo que não pode ser imaginado nem "especularizado". Ele é sopro, *spiritus*, que passa pela palavra. Ora, a palavra é destruição da imagem, é passagem da ordem do olhar à do falar. Essa palavra-referência pode ser também a palavra dum estranho que no grupo é escutado evangelicamente.

Não se trata de deixar indivíduos ou uma parte de grupo se constituir como lei. Há necessidade de distância entre si e o ideal. A verdadeira lei ultrapassa a todos. A questão da autoridade volta a ser colocada. O responsável não pode situar-se como modelo para manter a comunidade no imaginário. É aquele que faz crescer o outro porque é mediador de algo que o supera. Aliás, hoje em dia, a distância seria a demissão da autoridade. Vivemos a humilhação do pai. Parece que o pai tem vergonha de assumir seu papel e prefere ser o irmão bonzinho. Contestado na posição derisória de modelo, e para não mais cair no ridículo de se identificar com a autoridade máxima, o pai renuncia a tudo. É necessária a restauração da medida: não ser mais O Pai, mas um pai que aceite sua posição de mediador.

Para viver, uma comunidade deve ser lugar de mediação. A fim de não se enquadrar em modelos pré-fabricados, deve em primeiro lugar valorizar a personalidade e os desejos dos indivíduos. Antigamente, sob o pretexto de servir a instituição, a autoridade abafava o desejo pessoal do indivíduo. É muito importante que esse desejo, que diferencia a pessoa no grupo, seja reconhecido. O perigo é neutralizá-lo para submetê-lo a imagens e modelos comunitários. Pelo impacto de seus desejos, de suas convicções e interrogações, o indivíduo deve contestar e estimular o grupo.

Esse particular enriquecedor e contestador será especialmente marcado pelo relacionamento do indivíduo fora da comunidade. De fato, a comunidade será lugar de mediação se lhe forem trazidas experiências e palavras exteriores. O grupo como tal deve remeter a outros indivíduos e a outros grupos. Por isso, é imprescindível que seus membros tenham pessoalmente suas amizades, seus trabalhos e seus lazeres próprios, fora do grupo.

O grupo fechado onde vida, trabalho e amizade se realizam juntos é condenado à morte. Não consegue sair do relacionamento em espelho. Notícias, palavras, gestos de pessoas estranhas devem ser trazidos constantemente à comunidade; já que introduzem a presença do terceiro elemento com sua frustração humanizante. Esse terceiro elemento, palavra do Evangelho, intervenção do outro, faz, como o companheiro dos discípulos de Emaús, passar o grupo dum mundo imaginário, dual, onde modelos são considerados critérios de conduta, a um mundo simbólico, lugar de criatividade e de surgimento de verdade.